

didade para os utentes (J. Covas de Lima; Ana Maria Escoval, António Luz, António Suspiro e Godinho Ramos). Detectada ainda a concentração da procura de urgências e de consultas externas em hospitais centrais (Zaida Azeredo), devida apenas à ausência de um sistema de orientação dos doentes. Os custos económicos do tratamento hospitalar do aborto com complicações (João Amado e Alberto Loureiro) e das deficiências pediátricas (Cândida Maia; J. Ferraz Nunes), em consequência da inexistência ou insuficiência de uma actuação preventiva, constituem dois exemplos do muito que parece estar ao alcance de uma política séria de saúde, mesmo no quadro de uma economia de crise. Contudo, importantes bloqueamentos, que não relevam apenas da economia ou da rigidez burocrática — factores sócio-políticos e culturais, nomeadamente, actuando sobretudo a nível das grandes opções políticas — persistem e podem ser altamente responsáveis pela ineficiência do sistema de saúde português (J. L. Castanheira; C. Gouveia Pinto).

Maria José Ferros
Pedro Hespaha

JORNADAS DA BEIRA INTERIOR

Em 18, 19 e 20 de Maio deste ano o Jornal do Fundão organizou as Jornadas da Beira Interior e proporcionou um *forum* de discussão extremamente criativo. Não deixando de se fazer sentir o rigor que realizações deste género merecem e que procuram ter quando se confinam aos limites dos meios académicos, não escapando também aos fulgores conjunturais que as motivações dos discurso político lhes trazem, as Jornadas situaram-se, contudo, numa dimensão bem particular que lhes garantiu grande interesse.

A diferença neste caso foi feita por uma terceira componente de participantes (para além da académica e da política) — refiro-me à componente local, à dos homens que, agindo por uma região, vivendo e recriando a sua cultura, idealizando a sua economia e os projectos de transformação, dando-lhe nome fora dos seus limites, representando as suas estruturas, fazem sentir que, num país tão centralizador, as capacidades locais estão aí (activadas talvez pela crise) para servirem de fermento a formas novas de desenvolvimento.

Naturalmente que não idealizamos a região como o «paraíso» contrastante com o «purgatório» das relações contraditórias que constituem o espaço amplo de uma nação, mas o que nos parece claro é que quando os modelos centrais estão esgotados e ineficientes é às capacidades tradicionalmente ofuscadas que urge dar expressão.

Nestas Jornadas esteve assim fundamentalmente em causa a afirmação da identidade de uma região e a sua consciência da necessidade de superar as relações que confinam o interior a um posicionamento desigual face a outros espaços que, devido à sua «dian-teira», fazem reverter para si próprios riquezas que valeriam à transformação da região onde são criadas.

É por isso natural que as Jornadas da Beira Interior confrontassem o imobilismo dos que preferem as «vantagens» que o «livre

jogo» das relações desiguais (lhes) traz e que, por outro lado, tivessem presente a discussão acerca das decisões de regionalização.

No plano dos debates julgamos que se podem referir três dimensões principais: a da cultura e das condições de vida; a dos problemas dos emigrantes e a da transformação das actividades produtivas numa perspectiva de desenvolvimento regional.

As questões da cultura contribuíram para uma avaliação extremamente interessante de um património vastíssimo (jogos e tecnologias tradicionais, capacidades museológicas, riquezas arqueológicas e arquitectónicas, artesanato) e para o relembrar de muitas necessidades urgentes (saúde, educação...).

As questões da emigração e do retorno dos emigrantes foram das mais vivamente discutidas, até pela presença activa de elementos das comunidades no estrangeiro e pela atenção que os representantes do poder lhe dedicaram (porque a região é um lugar de onde se podem avaliar melhor as divisas que nos vão chegando? porque há vontade real de fazer participar os (ex-)emigrantes nos projectos de transformação? ou porque às possibilidades concretas destes homens integrarem novas formas de desenvolvimento se têm juntado algumas perspectivas demagógicas que justificam o eterno adiamento de uma transformação que só se vai dando à margem dos deveres de quem governa?).

Numa região onde 50% das famílias fazem agricultura (nalguns concelhos este valor atinge mais de 90%) natural se tornava que as questões da agricultura tivessem um lugar central.

Dois dimensões foram largamente analisadas — a que se prende com a natureza principal das economias agrícolas individuais, que consiste no facto de haver uma forte interrelação entre as actividades agrícola e não agrícola, e a que decorre do papel que a dinâmica positiva da pequena agricultura pode ter numa perspectiva de desenvolvimento.

O pano de fundo desta discussão consistiu, contudo no seguinte confronto de perspectivas: deve o desenvolvimento de uma região ser pensado tendo principalmente em conta as determinantes e capacidades locais ou de pelo contrário ter-se primeiramente em conta as condições de espaços mais vastos onde a região se vá integrar (por exemplo a CEE)?

Também os problemas da mono-indústria em crise que domina na região (os lanificios) não podiam deixar de se fazer sentir, ao mesmo tempo que nos ficava a ideia de que é na interligação de actividades (agricultura e indústria) e de formas de economicidade (economias domésticas e economias industriais) que pode estar um dos caminhos para superar os *dilemas* que a modernização industrial geralmente coloca.

Diga-se, finalmente, que o êxito destas Jornadas será certamente coroado pela publicação em livro, que o Jornal do Fundão prepara, dos materiais apresentados.

José Reis